

Aos Trabalhadores da Lisgráfica

Comunicado sector de Empresas do PCP

**Despedimentos.
Precarização das relações laborais.
Aumento da dívida a trabalhadores.**

**Um novo plano de
recuperação,
a mesma lenga-lenga.**

A administração da Lisgráfica voltou a apresentar um plano de recuperação da empresa, em resposta ao processo de insolvência determinado pelo Tribunal judicial da comarca de Lisboa Oeste, a 28 de Agosto de 2018, após o encerramento por este do processo especial de revitalização.

Um plano entretanto já aceite pela maioria dos credores, muito similar ao último plano levado a cabo em 2012, cheio de incoerências, e contradições insanáveis.

No plano apresentado em 2012 a administração proponha-se a uma reestruturação interna, nomeadamente no despedimento colectivo de mais de uma centena de trabalhadores (que na realidade foram muitos mais); e que isto permitiria o equilíbrio das contas da empresa, a redução da dívida e o pagamento aos diversos credores.

"O PER permitiu uma alteração na estrutura financeira da sociedade, que apesar de não resolver, por si só os problemas da sociedade, criou uma oportunidade para a Lisgráfica voltar a ser uma empresa lucrativa e saudável",
Palavras de Luciano Patrão, presidente do conselho de administração da empresa, na Assembleia geral de 2013.



Novembro 2018

Passados 6 anos,

O resultado do plano foi:

. **A dívida** da empresa não só não diminuiu, como durante este período **aumentou** cerca de 2 milhões de euros, para **81.500.000 Euros**, a cerca de 418 credores diferentes;

. De 2012 até 2018 a empresa **despediu mais de 100 trabalhadores**, passando de ceca de 303 para 198 (dados oficiais da empresa);

. **A dívida** da empresa **a ex-trabalhadores** (que são já cerca de 212 trabalhadores nesta situação!) ascende já a **5.300.000 Euros**;

. **Aumento brutal da precarização** das relações laborais, com elevada subcontratação de empresas de Outsourcing e de trabalhadores com vínculos precários, para substituir trabalhadores efectivos entretanto despedidos.

. Os resultados líquidos continuam a ser negativos, como comprova o resultado do primeiro trimestre de **2018**, cifrado em **prejuízos na ordem dos 489.219 Euros**.

A própria administração reconhece isto no novo plano afirmando "foi um plano (o de 2012) totalmente cumprido, no que toca às medidas nele previstas de reestruturação interna ... mas que no entanto os meios foram insuficientes para fazer face às necessidades decorrentes dos compromissos previstos no plano".

Ou seja o despedimento de trabalhadores e a precarização das relações laborais foram cumpridos com enorme sucesso. Já o equilíbrio das contas foi um desastre, com a dívida a aumentar, e os credores (onde se incluem os ex. trabalhadores) a não receberem que lhes é devido.

Novo plano de recuperação.

O que está em causa ?

Mais despedimentos.

A administração propõe mais um **despedimento colectivo** de cerca de **70 trabalhadores**, considerando esta uma "medida fulcral no plano". Medida já antiga da estratégia ruínoza desta administração. Têm ainda o desplante de afirmar "É assinalável ser possível assegurar a manutenção da maioria dos postos de trabalho, preservando dessa forma o futuro de uma classe credora, sem que saiam minimamente prejudicados".

Dívidas aos trabalhadores

Ora sabendo os trabalhadores que a administração deve milhões de euros em indemnizações a mais de 200 ex-trabalhadores, cujo pagamento faseado constava no último plano assinado em 2012, e que nunca foi cumprido, vão acreditar neste?

Ainda para mais quando a própria administração afirma que "A actividade da Lisgráfica não gera actualmente fluxos de tesouraria suficientes que permitam a satisfação das dívidas passadas". Os trabalhadores saberão por certo que o que acontecerá serão (pelo menos) 70 despedimentos. 70 trabalhadores sem trabalho e sem indemnizações. Ou seja a administração, das poucas propostas que tem para a revitalização da empresa, uma é acrescentar mais 70 credores à sua dívida (perfazendo já 282 trabalhadores) a quem não vai pagar.

Aumento da precariedade

Outra proposta que consta neste plano é a "continuação da externalização de operações actualmente desenvolvidas", e "o incremento de custos relacionados com a subcontratação de entidades externas para a execução de determinadas operações". Medidas estas que segundo a administração "Contribuirão para uma reestruturação da empresa, dotando-a de uma maior flexibilidade e eficiência". Ou seja, substituição de trabalhadores efectivos com vários anos de casa e de experiência, por outros subcontratados, com contratos precários.

Deslocalização da fábrica

Proposta de deslocalização da empresa para Mem-Martins (para as instalações da Sogapal onde inclusive já deslocalizaram máquinas e trabalhadores), que segundo eles lhes permitirá obter uma poupança de 500 mil euros em rendas e uma redução das despesas de energia em 30%. Medida que poderá significar uma grande diminuição das condições de trabalho dos trabalhadores da Lisgráfica e também da Sogapal.

Sustentabilidade

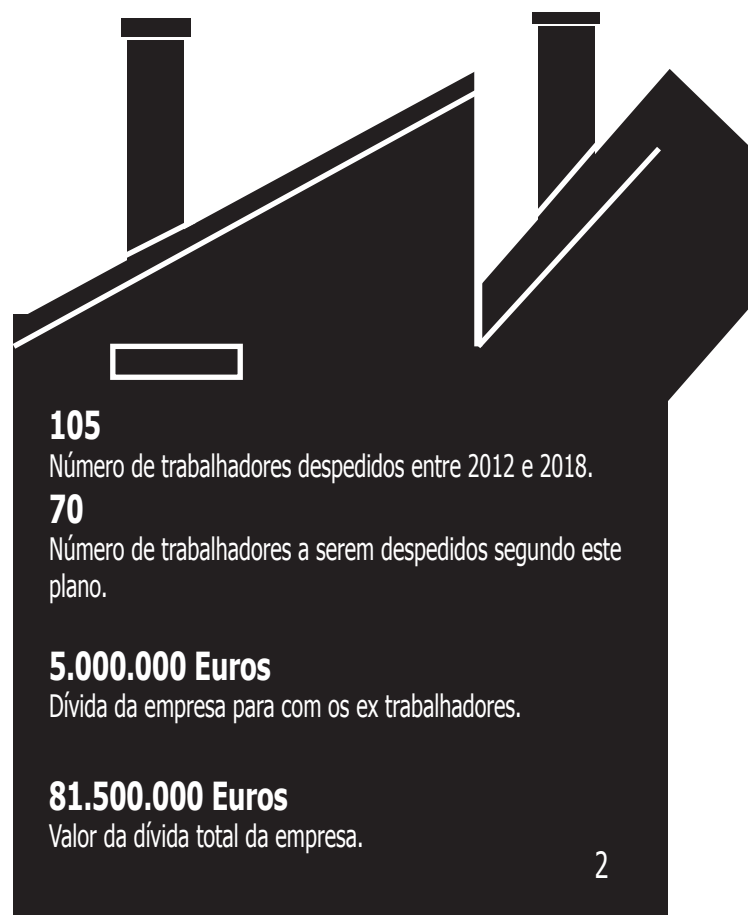
Empresa que há vários anos apresenta resultados negativos consecutivos:

- . 2012 – 6.958.903 de prejuízo.
- . 2013 – 40.712.592 de Lucros, sendo que esta evolução é justificada pelo perdão de dívida de credores (bancos e fornecedores), de 33,6 milhões de euros.
- . 2014 – 3.067.671 de Prejuízos
- . 2015 – 1.354.865 de Prejuízos
- . 2016 – 3.877.029 de Prejuízos
- . 2017 – 1.791.857 de Prejuízos

Observa-se que mesmo com a aplicação do plano de revitalização de 2012, a empresa continua ano após ano a apresentar resultados negativos e prejuízos. Isto mesmo tendo despedido centenas de trabalhadores, sem lhes pagar o que era seu por direito.

O problema não passava claramente por aqui, e continua a não passar, apesar das "grandes soluções" apresentadas voltarem a significar na prática, despedimentos e precariedade.

Uma gestão empresarial, que mais que duvidosa, se mostra ruínoza, com uma curiosidade, tantos despedimentos de trabalhadores, e depois de tantos anos ruínosos a nível financeiro, e a presidência do concelho de administração ainda se mantém a mesma.



Décadas de políticas de direita.

Destruição do aparelho produtivo nacional.

O papel do Estado, na Indústria transformadora nacional.

Posição do PCP, "Portugal a produzir".

Num processo de longas décadas, a **desvalorização/ destruição do aparelho produtivo nacional**, nomeadamente na indústria transformadora foi sempre precedida, simultânea ou seguida de alterações na orgânica da administração pública, no sentido de **extinguir ou esvaziar organismos que dinamizavam ou acompanhavam as actividades produtivas**, desde logo ao nível dos ministérios (como sucedeu na supressão dos ministérios da indústria), das secretarias de Estado e de organismos de planeamento.

A intervenção do Estado na defesa, promoção e desenvolvimento da produção nacional é vital e inadiável. A intervenção, de alcance profundo na indústria transformadora, necessariamente multifacetada e prolongada no tempo, deve assumir o objectivo da atenuação e mesmo da superação dos défices estruturais da economia portuguesa.

O Estado pode e deve intervir na gestão directa de actividades produtivas e na promoção da produção nacional. A administração pública deve ser reorganizada na área económica para constituir um instrumento não apenas de um **Estado regulador mas também de um Estado produtor**. Começando logo ao nível dos ministérios, secretarias de Estado e direcções-gerais, concebida para definir políticas, estabelecer, planear e controlar objectivos para as diferentes esferas produtivas e dotada de meios humanos, técnicos e financeiros adequados para essa missão.

Não há economia moderna sem planeamento: ou é feito, de modo integrado, pelo Estado **ao serviço das necessidades da população e do país** ou é feito, de modo parcelado, pelo grande capital ao serviço da maximização dos seus lucros independentemente das consequências para os trabalhadores, a população e o país.

Para relançar a produção e reduzir o défice comercial, o Estado deve ter um papel decisivo no planeamento, no apoio e na **valorização, cultural e inclusivamente promocional, da produção nacional**. Tem obviamente de ser modificada a prática actual em vários ministérios, que mais parecem secretarias dos directórios da UE.

O desenvolvimento da indústria transformadora passa, de forma articulada, pelo **aumento da produção, e da produtividade**

e competitividade que lhe devem estar associadas, e pela criação de condições no plano comercial para o escoamento da produção, no mercado interno e externo, pois as duas componentes, a comercial e a produtiva, estão indissociavelmente ligadas.

No plano interno, a **defesa da produção nacional das indústrias, tradicionais** ou modernas, deve constituir um objectivo permanente, multifacetado e envolver simultaneamente a administração pública e os consumidores, sejam empresas ou famílias.

No plano externo, as exportações, devem constituir um objectivo importante do Estado e das empresas, prosseguindo e incrementando-se os apoios sérios e eficazes à exportação.

Nestes sectores deve-se igualmente, insistir-se no aumento da produtividade e da competitividade, através de **novos passos na adopção de tecnologias mais avançadas**.

Finalmente, uma política industrial equilibrada não pode menorizar **a protecção e o apoio públicos**, particularmente técnico e financeiro, a uma miríade de actividades artesanais, económica e culturalmente importantes, criadoras de emprego e riqueza, nomeadamente em regiões deprimidas e desertificadas.

Um importante **acréscimo do protagonismo do Estado é absolutamente vital para a dinamização, renovação e defesa da indústria transformadora nacional**. Esse protagonismo deve ter lugar enquanto definidor e orientador das linhas mestras de uma autêntica política de desenvolvimento industrial, continuamente articulada entre os sectores público e privado, enquanto gestor de fundos públicos de apoio à indústria nos planos da competitividade e das exportações e enquanto titular e gestor de activos estratégicos na esfera produtiva.

É crucial para a dinamização da indústria transformadora a existência de recursos humanos qualificados a todos os níveis das empresas. A preparação escolar e pós-escolar, orientada para a indústria, e a promoção de trabalhadores, gestores e empresários com formação crescentemente elevada em tecnologias e gestão são condições necessárias para uma indústria transformadora modernizada e competitiva.

Denúncia da situação da empresa.

Intervenção do Partido

na Assembleia da República.

Em **Fevereiro de 2013** o Partido apresentou um conjunto de questões ao Governo sobre a situação da Lisgráfica e dos seus trabalhadores. Pergunta N.º 1305/XII/2.

Nesta altura na empresa estava já a decorrer o **primeiro plano de revitalização**, e como o Partido denunciava, existiam já vários entraves e incoerências à concretização da recuperação da empresa, e que sendo o Estado um dos credores da Lisgráfica, importava compreender **que medidas iria tomar para assegurar a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho**.

Afirma-se igualmente que a empresa continuava a apresentar elevadas perdas, sem que isso pudesse ser atribuído aos trabalhadores, ou ao volume de trabalhos, que apesar da administração o negar, **não diminuiu na mesma proporção**.

Tendo isto, e como afirma o comunicado "Nenhum governo pode fechar os olhos ao encerramento de empresas. Pois este encerramento de empresas não representa apenas uma diminuição da actividade económica, é também um processo contrário às necessidades do país e das populações.... Os sacrificados são sempre os mesmos: os trabalhadores que são confrontados com o não pagamento de salários e créditos e com o desemprego, enquanto os patrões e os administradores passam para outras empresas ou se satisfazem com o património entretanto retirado à empresa", o PCP questionou o governo nomeadamente sobre o **regime de Lay-Off de dezenas de trabalhadores** ao mesmo tempo que andava a **subcontratar trabalhadores com vínculos precários**, que medidas tinha tomado para assegurar a viabilidade da empresa, e que medidas iria tomar para assegurar que os direitos dos trabalhadores seriam integralmente respeitados.

Em **Junho de 2018** o Partido voltou a apresentar questões ao governo sobre a situação da empresa e dos trabalhadores.

Situação que não só não melhorou com o plano de revitalização, como ainda piorou, encontrando-se a empresa à beira da insolvência, tendo apresentado um novo PER que foi rejeitado pelo Tribunal da Comarca de

O Partido voltou a denunciar as **condições dos trabalhadores, a precariedade crescente, a diminuição gritante do numero de trabalhadores** ao longo dos anos (de mais de 300 para cerca de 200) e as **indemnizações** por cessação de contrato de trabalho que **não eram pagas**.

Neste âmbito o PCP, colocou as seguintes questões ao governo:

- 1) Que acompanhamento tem feito o governo a esta empresa, nomeadamente através da Autoridade para as condições de trabalho?
- 2) Quais os resultados das acções inspectivas realizadas na empresa nos últimos 10 anos?
- 3) Que medidas vai o governo tomar para assegurar o cumprimento integral dos direitos dos trabalhadores, defender postos de trabalho e a viabilidade económica da empresa?

Questões que nunca tiveram a resposta necessária e urgente da parte do Governo.

Mas só com a Luta é que os trabalhadores podem vencer!

Por mais dificuldades que existam, por mais falsas inevitabilidades propagadas pelos patrões, de quem "não há dinheiro", "não há trabalho", e outras falsidades do género, é através da organização dos trabalhadores, no seu sindicato de classe e com o seu Partido, que podem lutar contra o caminho instalado há tantos anos nesta empresa.

Nada é inevitável. Mesmo agora, em que o horizonte está mais negro que nunca, é sempre possível resistir e melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Apela-se a que os trabalhadores de unam e resistam. Nunca é tarde.

Da parte do Partido podem contar sempre com todo o apoio e solidariedade.